

O MOVIMENTO PARAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENFRENTAMENTO À POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS VINCULADA AO TRANSPORTE ESCOLA

THE PARÁ MOVEMENT FOR RURAL EDUCATION AND THE CHALLENGE TO THE SCHOOL CONSOLIDATION POLICY LINKED TO SCHOOL TRANSPORTATION

Beatriz da Costa Sá¹

Eraldo Souza do Carmo²

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/7nvxqm74>

Aceito em: 04.07.2026

Resumo: A Educação do Campo constitui uma conquista histórica dos movimentos sociais e das populações do campo, das águas e das florestas na luta pela garantia do direito à educação articulada aos seus territórios, identidades e modos de vida. Entretanto, o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, associado à política de nucleação escolar e à ampliação do transporte escolar tem representado um dos principais desafios para a efetivação desse direito. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel do Movimento Paraense por uma Educação do Campo, articulado pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), frente à política de nucleação das escolas multisseriadas vinculada à política pública de transporte escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada no método dialético. Foram analisados documentos normativos, como a Resolução CNE/CEB nº 02/2008, a Lei nº 12.960/2014 e o Decreto nº 6.768/2009, além de documentos produzidos pelo Movimento Paraense por uma Educação do Campo e pelo Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará. Os resultados evidenciam que a nucleação escolar provoca impactos significativos sobre a permanência dos estudantes nos territórios rurais e fortalece processos de fragilização das comunidades. Por outro lado, demonstram que o Movimento Paraense por uma Educação do Campo tem construído importantes estratégias de resistência, mobilização social e incidência política em defesa das escolas do campo e da efetivação das políticas públicas educacionais. Conclui-se que o movimento desempenha papel fundamental no enfrentamento ao fechamento de escolas e na defesa do direito à educação dos povos do campo no estado do Pará.

Palavras-chave: Movimento pela Educação do Campo. Políticas Públicas. Fechamento de Escolas. Transporte Escolar.

Abstract: Rural Education represents a historic achievement of social movements and rural, riverine, and forest communities in their struggle to guarantee the right to education connected to their territories, identities, and ways of life. However,

- 1 Mestranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, UFPA, email beatrizdacostasa@gmail.com
- 2 Docente da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Doutor em Educação, email eraldo@ufpa.br



the closure of rural, Indigenous, and Quilombola schools, associated with school centralization policies and the expansion of school transportation programs, has become one of the main challenges to the realization of this right. In this context, this study aims to analyze the role of the Pará Movement for Rural Education, coordinated by the Pará Forum for Rural Education (FPEC), in confronting the policy of consolidating multigrade rural schools linked to public school transportation policies. This qualitative study is based on bibliographic and documentary research and adopts a dialectical approach. The analyzed documents include Resolution CNE/CEB No. 02/2008, Law No. 12.960/2014, and Decree No. 6.768/2009, as well as documents produced by the Pará Movement for Rural Education and the Seminar on Combating the Closure of Rural, Indigenous, and Quilombola Schools in the State of Pará. The findings indicate that school centralization policies significantly affect students' permanence in rural territories and contribute to the weakening of local communities. On the other hand, the results demonstrate that the Pará Movement for Rural Education has developed important strategies of resistance, social mobilization, and political advocacy in defense of rural schools and the implementation of educational public policies. It is concluded that the movement plays a fundamental role in confronting school closures and defending the right to education for rural populations in the state of Pará.

Keywords: Rural Education. Pará Movement for Rural Education. School Centralization. School Closure. School Transportation.

Introdução

A Educação do Campo constitui-se como resultado das lutas históricas dos povos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais pela garantia do direito à educação articulada às suas realidades, culturas, modos de vida e territórios. Em contraposição às concepções ruralistas e homogeneizadoras da educação, os movimentos sociais do campo passaram a reivindicar políticas públicas que reconhecessem as especificidades dos sujeitos que vivem e trabalham nos territórios camponeses, defendendo uma educação construída com e para os povos, que fortaleça a permanência e suas identidades (Caldart, 2004).

No estado do Pará, marcado pela diversidade socioterritorial da Amazônia e por intensos conflitos em torno do uso e da apropriação dos territórios, a luta por uma Educação do Campo ganhou maior organicidade com a criação do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), em 2003. A partir da articulação entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior e órgãos públicos, o Fórum passou a atuar na formulação, acompanhamento e defesa de políticas públicas voltadas às populações do campo, das águas e das florestas, consolidando-se como importante espaço de mobilização e incidência política.

Entre os desafios enfrentados pelo movimento, destaca-se a política de nucleação das escolas multisseriadas, frequentemente, associada à ampliação dos programas de transporte escolar. Tal medida tem resultado no fechamento de escolas localizadas em comunidades rurais, indígenas e quilombolas, obrigando estudantes a percorrerem longas distâncias para acessar

instituições de ensino situadas em outras localidades. Embora apresentada pelos sistemas de ensino como estratégia de reorganização administrativa e redução de custos, a nucleação tem sido amplamente questionada pelos movimentos sociais por seus impactos na permanência dos estudantes, na relação escola-comunidade e na garantia do direito à educação nos territórios rurais.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como os movimentos sociais organizados têm atuado diante do avanço dessas políticas e quais estratégias vêm sendo construídas para assegurar a manutenção das escolas do campo e a efetivação de políticas públicas de transporte escolar que atendam às especificidades da realidade amazônica. Além disso, a pesquisa contribui para o fortalecimento do debate sobre a Educação do Campo como direito social e como instrumento de resistência frente aos processos de precarização da educação pública.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca responder à seguinte questão norteadora: diante da política de nucleação das escolas multisseriadas, vinculada à política pública de transporte escolar, o Movimento Paraense por uma Educação do Campo tem conseguido construir ações e propostas de enfrentamento em defesa da permanência das escolas nos territórios rurais?

Assim, o objetivo deste estudo é analisar o papel desempenhado pelo Movimento Paraense por uma Educação do Campo, articulado pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), frente à política de nucleação das escolas multisseriadas vinculada à política pública de transporte escolar. Para isso, busca-se identificar as principais ações, articulações e proposições construídas pelo movimento em defesa da educação pública nas comunidades do campo, indígenas e quilombolas.

A discussão desenvolvida neste estudo fundamenta-se em autores que analisam a Educação do Campo como resultado das lutas sociais e da construção coletiva de políticas públicas voltadas às populações rurais. Nesse sentido, dialoga-se com as contribuições de Caldart (2004), ao compreender a Educação do Campo como expressão da organização dos sujeitos coletivos do campo; com Hage, Cruz e Silva (2018) e Hage e Silva (2023), que discutem a trajetória dos movimentos de Educação do Campo na Amazônia paraense; e com Taffarel e Queiroz (2023), que problematizam os impactos do fechamento de escolas e da nucleação escolar sobre os territórios camponeses.

A análise também se apoia nas reflexões de Colares (2012; 2022) Lombardi e Colares (2020), Malheiro (2020; 2021) e Porto-Gonçalves (2005), cujas contribuições permitem compreender as especificidades históricas, sociais e territoriais da Amazônia e os desafios enfrentados pelos povos do campo na luta pela garantia de direitos e pela permanência em seus territórios.

Para alcançar os objetivos propostos, este artigo está organizado em quatro seções principais. Inicialmente, apresenta-se a introdução, na qual são discutidos o tema, a problemática,

os objetivos e os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa. Em seguida, expõe-se o percurso metodológico adotado para a realização do estudo.

Na terceira seção, destinada aos resultados e discussão, analisa-se, primeiramente, o processo de construção da Educação do Campo e a trajetória do Movimento Paraense por uma Educação do Campo; posteriormente, discutem-se os impactos da política de nucleação escolar e sua relação com o transporte escolar; e, por fim, examinam-se as estratégias de enfrentamento construídas pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) em defesa das escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Por último, apresentam-se as considerações finais, nas quais se evidencia que, embora o fechamento de escolas e a precarização do transporte escolar continuem representando desafios significativos para as populações rurais, o Movimento Paraense por uma Educação do Campo tem desempenhado papel fundamental na articulação de ações de resistência, incidência política e defesa do direito à educação nos territórios do campo, das águas e das florestas.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Segundo Triviños (1987), a pesquisa bibliográfica possibilita a construção do referencial teórico necessário à compreensão do objeto investigado, enquanto a pesquisa documental permite o exame de fontes primárias e normativas, favorecendo a análise dos fenômenos sociais em suas múltiplas determinações históricas, políticas e institucionais.

A abordagem qualitativa fundamenta-se em Minayo (2001), para quem esse tipo de investigação busca compreender aspectos da realidade social que não podem ser reduzidos a dados quantitativos, valorizando significados, relações, processos históricos e experiências construídas pelos sujeitos em contextos específicos. Nessa perspectiva, a pesquisa preocupa-se em interpretar os fenômenos sociais a partir das condições concretas em que são produzidos, considerando as relações entre sujeitos, instituições e processos históricos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a investigação orienta-se pelo Materialismo Histórico-Dialético, compreendido como método de interpretação da realidade social desenvolvido por Marx e Engels (2008). Esse método parte do entendimento de que os fenômenos sociais não podem ser analisados de forma isolada ou estática, mas como resultado das relações históricas estabelecidas entre os sujeitos, permeadas por contradições, conflitos e disputas de interesses. Conforme Marx (2013), a realidade social é dinâmica e se constitui a partir das condições materiais de existência, sendo as contradições um elemento central para a compreensão das transformações históricas.

Nessa direção, a dialética possibilita compreender os fenômenos para além de suas aparências imediatas, buscando apreender as múltiplas determinações que os constituem. Para Netto (2011), o método dialético não se limita à descrição dos fatos, mas procura revelar os nexos internos, as contradições e os processos históricos que produzem determinada realidade social.

De forma semelhante, Frigotto (2010) destaca que o Materialismo Histórico-Dialético constitui uma importante perspectiva para a pesquisa em educação, pois permite analisar criticamente as relações entre Estado, políticas públicas, classes sociais e processos educativos, compreendendo-os em sua totalidade histórica.

A adoção desse método mostra-se pertinente para a presente investigação, uma vez que possibilita analisar as tensões existentes entre as políticas públicas de nucleação escolar e transporte escolar e as ações de resistência desenvolvidas pelo Movimento Paraense por uma Educação do Campo, articulado pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC). Busca-se, assim, compreender como essas relações se materializam no contexto amazônico, marcado por disputas territoriais, desigualdades históricas e diferentes projetos de sociedade em confronto.

O corpus documental da pesquisa foi constituído por legislações, normativas e documentos produzidos no âmbito das discussões sobre a Educação do Campo e o fechamento de escolas. Entre os documentos analisados destacam-se a Resolução CNE/CEB nº 02/2008, que estabelece diretrizes complementares para a Educação Básica do Campo e orienta a preservação das escolas rurais; a Lei nº 12.960/2014, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando a exigir manifestação dos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas; o Decreto nº 6.768/2009, que regulamenta o Programa Caminhos da Escola; além de documentos, relatórios, cartas políticas e encaminhamentos produzidos durante o Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará, realizado em 2024.

A análise documental foi realizada a partir da identificação e interpretação dos conteúdos presentes nos documentos selecionados, buscando evidenciar posicionamentos, proposições, estratégias de mobilização e mecanismos de enfrentamento construídos pelo Movimento Paraense por uma Educação do Campo diante da política de nucleação das escolas e de sua vinculação às políticas públicas de transporte escolar. A partir da perspectiva histórico-dialética, procurou-se compreender os avanços, limites e contradições presentes nesse processo, considerando as disputas políticas e sociais que envolvem a garantia do direito à educação dos povos do campo, indígenas e quilombolas.

Resultados e discussão

A construção da educação do campo e do movimento paraense por uma Educação do Campo

A Educação do Campo emerge das lutas históricas dos povos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais pela garantia de uma educação vinculada às suas realidades socioculturais e territoriais, e pela permanência dos povos em seus territórios de origem, com dignidade social. Em contraposição a uma modelo educacional ruralista, construídos para descaracterizar as identidades dos sujeitos dos campos, e fomentar

o êxodo urbano. Diante disso, os movimentos sociais passaram a reivindicar políticas públicas capazes de assegurar o direito à educação articulado à permanência e ao fortalecimento dos territórios.

No contexto amazônico, essa luta adquire características próprias em razão dos processos históricos de colonização, exploração econômica e expropriação territorial que marcaram a região. Conforme destaca Colares (2012), desde o período colonial a educação foi utilizada como instrumento de dominação e apagamento cultural, contribuindo para a desvalorização dos saberes, identidades e modos de vida dos povos amazônicos. Ao longo do tempo, as populações indígenas, caboclas, ribeirinhas e quilombolas desenvolveram diferentes formas de resistência frente aos projetos de ocupação e exploração impostos à região.

Nesse cenário, a Educação do Campo passa a ser compreendida como parte de um projeto político e social de soberania popular, construído coletivamente pelos sujeitos do campo. Para Caldart (2004, p. 25), a “educação do Campo nasceu como uma mobilização dos movimentos sociais em defesa de políticas educacionais voltadas às comunidades camponesas, articulando o direito à educação à luta pela terra, pelo território e pela dignidade humana.”

No período entre 1995 e 2000, nos estados do Pará e Rondônia, tensões fundiárias, evidenciadas pelos episódios sangrentos de Eldorado dos Carajás (1996) e Curumbiara (1995), impulsionaram a intensificação dos movimentos sociais em defesa dos direitos fundamentais das comunidades camponesas (Morais, 2021), abrindo precedentes para lutas nacionais, direcionadas a garantia da dignidade e pertencimento das populações camponesas.

Como afirma o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazonia – GEPERUAZ (2015), o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) em 1997, assim como, a I e II Conferência Nacional de Educação do Campo aconteceram em Luziânia/GO, nos anos de 1998 e 2004, “constituem-se em marcos históricos dessa articulação nacional no processo de afirmar o direito das populações do campo à educação, ao reivindicar que a educação do campo seja assumida como política pública” (GEPERUAZ, 2015, p. 04).

No estado do Pará, no final da década de 90 e início dos anos 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) foram vanguarda na luta por uma Educação do Campo. Eles exigiam uma educação que dialogasse com as reais necessidades de quem vive na floresta, nos rios e no campo. Antes mesmo de o termo se tornar política pública oficial, iniciativas como as Casas Familiares Rurais (CFRs) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) introduziram na região amazônica a Pedagogia da Alternância, onde os estudantes construíam seus múltiplos aprendizados no intercâmbio entre Tempo Escola e Tempo Comunidade (CANALI, 2007).

Esse processo de luta resultou na criação do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), em 2003, durante encontro realizado na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal. Inicialmente denominado Fórum Paraense de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, o espaço reuniu movimentos sociais, organizações da sociedade civil, universidades e instituições

governamentais comprometidas com a construção de políticas públicas voltadas às populações do campo paraense (FPEC, 2004).

Algumas das organizações populares presentes na criação do fórum foram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), o Movimento dos Ribeirinhos e Várzeas da Abaetetuba (MORIVA), a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU/PARÁ) e a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR/PA) (Hage, Cruz e Silva, 2018).

De acordo com Torres e Cruz (2024), os principais objetivos de criação do FPEC, são o enfrentamento as desigualdades e a precarização no atendimento aos direitos humanos e sociais das populações originárias, tradicionais e camponesas, assim como, disputar e formular políticas públicas que garantam educação de qualidade social e gestão popular das escolas nas comunidade, além de fortalecer a rede de mobilização, que hoje se expande através de fóruns regionais em diversas regiões de integração do estado, como o Baixo Amazonas, Transamazônica e Marajó, visando aproximar a luta das realidades locais.

O FPEC, integra uma rede nacional que culminou na criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), em 2010, onde ampliaram-se as possibilidades de articulação entre os movimentos estaduais e nacionais. A constituição dessas redes fortaleceu a capacidade de mobilização, formulação de propostas e incidência política dos sujeitos coletivos envolvidos na defesa da Educação do Campo, consolidando espaços permanentes de debate e resistência frente às políticas que ameaçam os direitos educacionais das populações rurais.

Ambos os fóruns atuam na construção de um projeto popular de educação e sociedade, posicionando-se de forma contra-hegemônica frente ao agro-minero-hidro-carbono negócio (Malheiro; Porto-Gonçalves & Michelotti, 2021) e à mercantilização da educação. Conectando e formando lutadores populares, produzindo dados que contribuem para a fiscalizando e propostas de políticas.

Dessa forma, o Movimento Paraense por uma Educação do Campo, articulado pelo FPEC, consolidou-se como importante instrumento de organização coletiva e defesa da educação pública nas comunidades do campo, das águas e das florestas, assumindo papel estratégico na formulação de propostas, no acompanhamento das políticas educacionais e no enfrentamento de medidas que fragilizam o acesso e a permanência dos estudantes em seus territórios.

A política de nucleação escolar e suas implicações para as populações do campo

Apesar dos avanços conquistados pelos movimentos sociais na construção de políticas públicas voltadas à Educação do Campo, as populações rurais continuam enfrentando desafios relacionados ao acesso e à permanência na escola. Entre esses desafios destaca-se a política de nucleação das escolas multisseriadas, frequentemente, utilizada pelos sistemas de ensino como estratégia de reorganização administrativa da rede escolar.

Segundo Taffarel e Queiroz (2023), a nucleação consiste no fechamento de escolas localizadas nas comunidades rurais e na transferência dos estudantes para unidades escolares consideradas polos de atendimento. Tal medida é geralmente justificada pelos gestores públicos sob o argumento da redução de custos e da melhoria da infraestrutura escolar, sendo viabilizada pela ampliação das políticas de transporte escolar.

Sobre essa realidade, os autores destacam que o fechamento das escolas do campo representa uma das expressões mais visíveis do processo de precarização da educação rural, uma vez que “o fechamento de escolas no campo brasileiro constitui uma das faces mais visíveis da destruição das forças produtivas no campo” (Taffarel; Queiroz, 2023, p. 107).

A implementação dessa política provoca impactos que ultrapassam a dimensão educacional. Ao retirar a escola da comunidade, enfraquecem-se os vínculos territoriais, culturais e sociais construídos historicamente pelos sujeitos do campo. Nesse sentido, Taffarel e Queiroz (2023) alertam que

No âmbito mais geral, o fechamento das escolas no campo coloca em risco a própria existência do campo, pois a extinção da escola do/no campo conduz à migração das crianças, jovens, adultos e idosos para a cidade, enfraquece as lutas em defesa da vida no campo, em defesa da reforma agrária popular, da agricultura camponesa, da agroecologia e abre espaço para a expansão avassaladora do agronegócio em sua sanha pela obtenção de lucros (Taffarel; Queiroz, 2023, p. 109).

De acordo com Santos (2026), em dados trazidos pelo “Dossiê Fechar Escolas do Campo é Crime”, entre os anos de 1996 a 2022, microdados do Censo Escolar revelam que o Pará registrou a extinção de 10.814 escolas no campo. No período mais recente, as escolas do campo, águas e florestas em atividades no estado nos anos de 2010 eram de 8.731, e esse número caiu para 6.824 em 2022, o que representa uma perda de 1.907 unidades (-21,8%) (Santos e Molina, 2026). Em se tratando de escolas paralisadas, em 2022, para além das extintas, 1.353 encontravam-se inativas. Números de 2024 indicam que 1.076 escolas camponesas permanecem nessa condição de suspensão temporária de suas funções (Santana *et al.*, 2026).

Segundo Santana *et al.* (2026), o município de Cametá liderou o ranking de fechamentos no estado com 160 escolas fechadas entre 2000 e 2020. Já no território de Magalhaes Barata, localizado em Baião, 47% das unidades paralisadas ou fechadas encontravam-se na zona rural, dados de 2019. Vale ressaltar que ambos os municípios compõem a região do Baixo Tocantins, que vem enfrentando o avanço do agronegócio, na última década. Em Tucuruí, houve o registro de 77 unidades educacionais desativadas e extintas permanentemente pela política de nucleação ao longo dos anos. No ano de 2021, pode-se destacar Afuá com 119 escolas eliminadas e São Miguel do Guamá foram 53 e em 2022, São Félix do Xingu alarmou 45 fechamentos.

As informações acima comprovam a existência de um projeto sistemático de predação das unidades de ensino presentes no campo, bem como evidenciam a forma pela qual a pandemia da COVID-19 - deflagrada em 2020 - foi instrumentalizada para potencializar o processo de

eliminação das escolas, enfraquecendo as comunidades e abrindo precedentes para a incursão do agro-minero-hidrocarbononegócio no estado do Pará.

Em face da política de nucleação, é possível dizer que na Amazônia paraense, com sua geografia específica, os estudantes são compelidos a horas de deslocamento exaustivo e perigoso de barco, ônibus, moto ou a pé (Gaia e Carmo, 2026). A oferta de Transporte Escolar surge como moeda de troca, prometendo dar acesso a unidades escolares modernas e estruturadas, todavia, ela esconde contradições profundas. Dentre elas, a precarização, ausência de itens de segurança, falta de supervisão, bem como a terceirização indevida e irresponsável do serviço. Por conseguinte, o poder público municipal isenta-se em fiscalizar e assume uma racionalidade financeira, onde os custos dos transportes são menores, em relação a manutenção das escolas do campo. Toda essa experiência prejudica o aprendizado e submete crianças e adolescentes, em especial, meninas - já vulnerabilizadas - a uma realidade de múltiplas violências e abusos.

A extinção de escolas do campo, das águas e florestas também corrobora para o desenraizamento cultural da juventude, a invisibilização do território e força o êxodo rural, a medida em que a escola, na maioria das vezes, é o único vínculo com o Estado. Dessa forma, seu fechamento aprofunda as desigualdades e o negligenciamento público, o que obriga as famílias a se mudarem para a zona urbana. Nesse processo, os jovens perdem conexão com suas origens socioculturais, o que enfraquece as comunidades.

Logo, como afirma a autora Silva (2026), a política de nucleação é lida em distintas perspectivas pelos povos tradicionais, originários e camponeses, como um projeto racional de morte da sociobioculturalidade:

Os movimentos e organizações sociais dos povos camponeses, indígenas, quilombolas e extrativistas, de forma diferenciada, consideram a nucleação escolar uma necropolítica, que ao estimular o fechamento das escolas vem produzindo a morte das comunidades e, por conseguinte, dos sujeitos que vivem do seu trabalho com a terra, águas e florestas, submetendo-os à jornadas muito extensas de deslocamento forçado para acessar a escola, sem as condições adequadas de alimentação e segurança, desde o início da infância (Silva, 2026, p. 15).

Diante dos impactos provocados pela nucleação, diferentes instrumentos legais foram construídos ao longo das últimas décadas com o objetivo de assegurar a permanência das escolas nas comunidades rurais. Entre eles, destaca-se a Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares para a Educação Básica do Campo e reafirma a responsabilidade dos entes federativos na garantia da oferta educacional às populações rurais.

O quadro 1 apresenta, em ordem cronológica, alguns dos principais marcos legais e institucionais relacionados à Educação do Campo, ao transporte escolar e ao enfrentamento do fechamento de escolas.

Tabela 1: Marcos normativos relacionados à Educação do Campo, ao transporte escolar e à proteção das escolas do campo

ANO	LEGISLAÇÃO/DOCUMENTO	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
2008	Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008	Estabelece diretrizes complementares para a Educação Básica do Campo, orientando os sistemas de ensino a garantir a oferta educacional nas comunidades rurais e desencorajando o fechamento de escolas do campo.
2009	Decreto nº 6.768, de 10 de fevereiro de 2009 (Programa Caminhos da Escola)	Regulamenta o Programa Caminhos da Escola, destinado à renovação e ampliação da frota de transporte escolar, visando garantir o acesso dos estudantes à educação básica, especialmente nas áreas rurais.
2009	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	Fortalece o financiamento do transporte escolar para estudantes residentes em áreas rurais, contribuindo para o acesso e a permanência na escola.
2010	Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)	Amplia a articulação nacional dos movimentos sociais e instituições em defesa da Educação do Campo e das políticas públicas voltadas às populações rurais.
2014	Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014	Altera a LDB e estabelece a obrigatoriedade de manifestação do órgão normativo do sistema de ensino antes do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.
2024	Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará (7ª edição)	Reafirma a mobilização social e institucional em defesa das escolas do campo, denunciando processos de nucleação e fortalecendo estratégias de resistência no estado do Pará.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Resolução CNE/CEB nº 02/2008, Decreto nº 6.768/2009, Lei nº 12.960/2014 e documentos do Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará (2024).

A análise dos marcos apresentados no quadro 1 demonstra que a consolidação da Educação do Campo, como direito social, tem sido resultado de um processo contínuo de mobilização e incidência política dos movimentos sociais e das organizações comprometidas com a defesa das populações rurais. Observa-se que, ao mesmo tempo em que foram criados instrumentos voltados à garantia do acesso à educação, como os programas de transporte escolar, também foram estabelecidos mecanismos legais destinados à proteção das escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Entretanto, a existência dessas normativas não tem sido suficiente para impedir o avanço dos processos de nucleação e fechamento de escolas em diferentes regiões do país. Tal contradição evidencia a distância entre a legislação e sua efetiva implementação, reforçando a necessidade de acompanhamento, fiscalização e mobilização permanente por parte dos movimentos sociais. Nesse contexto, o Movimento Paraense por uma Educação do Campo tem desempenhado papel relevante ao reivindicar o cumprimento das legislações vigentes e denunciar situações que comprometem o direito à educação nos territórios rurais.

Outro importante avanço foi a promulgação da Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando a exigir manifestação dos órgãos normativos dos sistemas de ensino antes do fechamento de escolas

do campo, indígenas e quilombolas. A medida representou uma conquista significativa dos movimentos sociais na luta pela proteção dessas instituições educacionais.

Entretanto, a discussão sobre o fechamento de escolas não pode ser desvinculada das políticas públicas de transporte escolar. Nesse contexto, destacam-se o Programa Caminhos da Escola, regulamentado pelo Decreto nº 6.768/2009, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e, no caso paraense, o Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE/PA). Embora essas iniciativas tenham sido criadas para garantir o acesso dos estudantes à educação básica, sua implementação tem ocorrido em meio a diversas contradições.

Conforme apontam Carmo, Cunha e Prazeres (2020), na realidade amazônica muitos estudantes são submetidos a longos deslocamentos diários, enfrentando condições precárias de transporte, insegurança e dificuldades de acesso. Em diversas situações, as famílias acabam assumindo custos que deveriam ser garantidos pelo poder público, comprometendo o direito à educação e agravando as desigualdades já existentes nos territórios rurais.

Dessa forma, observa-se que a política de nucleação escolar, quando associada à precarização do transporte escolar, contribui para o enfraquecimento das comunidades do campo e para a ampliação das dificuldades de acesso à educação. Tal cenário evidencia a importância das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais e pelas organizações que atuam em defesa da Educação do Campo, especialmente na luta pela manutenção das escolas nos territórios onde vivem os estudantes.

O enfrentamento do Movimento Paraense por uma Educação do Campo ao fechamento de escolas e à precarização do transporte escolar

Diante do avanço das políticas de nucleação e do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, o Movimento Paraense por uma Educação do Campo, articulado por meio do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e ao Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), tem assumido papel fundamental na construção de estratégias de resistência e defesa do direito à educação nos territórios rurais. Sua atuação ocorre por meio da articulação entre movimentos sociais, universidades, organizações da sociedade civil, comunidades e instituições públicas comprometidas com a Educação do Campo.

No âmbito nacional, as ações do FONEC articulam-se principalmente através da Frente em Defesa das Escolas do Campo, que atua no monitoramento de fechamentos e na pressão por políticas públicas (FONEC, 2026). Uma de suas conquistas mais relevantes foi a incidência legislativa que resultou na Lei nº 12.960/2014 de dezembro de 1996, a qual alterou a Lei de Diretriz de Base (LDB) para exigir a manifestação do órgão normativo do sistema de ensino e a consulta obrigatória à comunidade escolar antes de qualquer fechamento.

Conforme a autora Santana *et al.* (2026), com intuito de aprofundar diagnósticos e elaborar propostas estratégicas contra a política de nucleação, o fórum organizou-se em seis Grupos de

Trabalho, voltados respectivamente ao combate ao fechamento, currículo, financiamento, pessoa com deficiência, EJA e educação infantil.

E em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), o FONEC também viabilizou a Instrução Normativa nº 001/2025, que orienta os Conselhos Municipais de Educação sobre a qualificação do funcionamento e manutenção das escolas, servindo como instrumento de antecipação e mediação em casos de ameaça de fechamento. Para além disso, o fórum desenvolve instrumentos de monitoramento e transparência para que as comunidades possam acompanhar dados do Censo Escolar e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), municiando-as com informações para contestar argumentos de falta de recursos ou baixa demanda utilizados pelos gestores (Silva, Souto, Júnior & Ferraz, 2026).

Em se tratando da região Amazônica, o FPEC atua de forma intensa no estado do Pará, combinando estratégias de denúncia, organização popular e alianças institucionais. Desde 2018, realiza anualmente seminários de combate ao fechamento que funcionam como instrumentos de mobilização popular, reunindo comunidades camponesas, indígenas e quilombolas para expor as arbitrariedades locais (GEPERUAZ, 2015).

O fórum também contribuiu para a elaboração do Pacto pela Educação do Campo junto ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), estabelecendo compromissos que os municípios devem observar para assegurar o direito à educação nos territórios de origem. Mantém ainda uma aliança estratégica com o MPPA, o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogado do Brasil-PA (OAB/PA), na articulação que resultou em vitórias jurídicas como a anulação de projetos de nucleação em Inhangapi e a ordem de reabertura de escolas em São Sebastião da Boa Vista na região do Marajó, em novembro de 2023 (Hage, Nascimento, Cruz & Fonseca, 2026). Por meio da mobilização do Movimento por uma Educação do Campo/PA, o FPEC promove audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) para cobrar dos gestores estaduais e municipais o cumprimento das leis vigentes e a construção de novas unidades escolares.

Além de contribuir para a formulação e defesa de políticas públicas, o movimento tem atuado diretamente no enfrentamento das medidas que promovem o desmonte da educação nos territórios camponeses. Nesse sentido, a luta contra a nucleação das escolas multisseriadas e contra a utilização da política de transporte escolar como justificativa para o fechamento de escolas tornou-se uma das pautas centrais do FPEC.

A atuação do movimento está fundamentada na defesa do direito das comunidades de permanecerem em seus territórios e de acessarem uma educação vinculada às suas realidades sociais, culturais e produtivas. Tal perspectiva dialoga com a compreensão de Caldart (2004) de que a Educação do Campo nasce da organização dos sujeitos coletivos do campo e da luta por políticas públicas construídas a partir das necessidades e demandas dessas populações.

Entre as principais estratégias desenvolvidas pelo FPEC destaca-se a realização de espaços permanentes de debate, mobilização e denúncia sobre a situação das escolas do campo no estado do Pará. Nesse contexto, Hage e Silva (2023) destacam que o Fórum protagonizou a construção do “1º e 2º Seminários de combate ao fechamento de escolas no campo, no Campus Universitário de Castanhal da UFPA, em janeiro de 2018 e em fevereiro de 2019” (Hage; Silva, 2023, p. 320).

Essas iniciativas contribuíram para ampliar a visibilidade do problema, reunir diferentes sujeitos sociais e fortalecer a defesa das escolas localizadas nos territórios rurais. O processo de mobilização teve continuidade nos anos seguintes, culminando na realização do Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará, que chegou à sua sétima edição em 2024. Conforme destaca Lopes (2024), o evento consolidou-se como importante instrumento de articulação política e fortalecimento das lutas em defesa da educação pública para as populações do campo.

A relevância dessas ações pode ser compreendida a partir da análise realizada por Hage, Cruz e Silva (2018), ao afirmarem que,

De fato, enquanto na atualidade o processo de mercantilização da vida e da educação torna-se hegemônico na sociedade como um todo e mais especificamente no meio rural, implicando na parceria público-privado como referência para as articulações entre instituições, entidades, órgãos e organizações governamentais e não governamentais em suas ações em rede, a experiência dos Movimentos de Educação do Campo no Brasil e no Pará, liderada neste último pelo FPEC, têm se efetivado no espaço da contra hegemonia, afirmando a relação público-público como central à existência e fortalecimento da esfera pública e para o confronto com o projeto dominante de educação e de lógica de formulação das políticas públicas, de agricultura, de campo e de desenvolvimento, defendido pelo agronegócio (Hage; Cruz; Silva, 2018, p. 05).

A análise dos documentos e das ações promovidas pelo movimento evidencia que o enfrentamento ao fechamento de escolas não se restringe à defesa das unidades escolares isoladamente. Trata-se da defesa dos modos de vida, dos territórios e dos direitos historicamente conquistados pelos povos do campo, das águas e das florestas. Nesse sentido, a atuação do FPEC tem contribuído para fortalecer redes de resistência, ampliar o debate público sobre os impactos da nucleação escolar e pressionar o poder público pela efetivação das legislações que asseguram o direito à educação nas comunidades rurais.

Os resultados da investigação indicam que o Movimento Paraense por uma Educação do Campo tem conseguido construir importantes ações de enfrentamento às políticas de fechamento de escolas, especialmente por meio da articulação política, da produção de debates públicos, da mobilização social e da defesa permanente das normativas legais conquistadas pelos movimentos sociais. Entretanto, os desafios permanecem significativos, uma vez que as pressões econômicas e políticas que sustentam os processos de nucleação continuam presentes em diferentes regiões do estado, exigindo o fortalecimento contínuo das estratégias coletivas de resistência e organização popular.

A atuação do Movimento Paraense por uma Educação do Campo não se restringe à defesa teórica da Educação do Campo ou à reivindicação de políticas públicas. Ao longo de sua trajetória, o movimento, articulado pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), tem construído espaços de mobilização, incidência política, formação e denúncia contra o fechamento de escolas e a precarização das condições de acesso à educação nas comunidades rurais. O Quadro 2 apresenta, em perspectiva cronológica, algumas das principais ações e marcos organizativos que demonstram o protagonismo do movimento na defesa do direito à educação dos povos do campo, das águas e das florestas.

Tabela 2: Principais marcos de atuação do Movimento Paraense por uma Educação do Campo no enfrentamento ao fechamento de escolas

ANO	AÇÃO/EVENTO	CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO
2003	Criação do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) na Escola Agrotécnica de Castanhal	Articulação entre movimentos sociais, universidades, organizações da sociedade civil e instituições públicas para a defesa da Educação do Campo no Pará.
2004	Publicação da Carta de Belém	Consolidação das diretrizes políticas do movimento e fortalecimento da pauta da Educação do Campo no estado.
2010	Participação na criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)	Ampliação da articulação nacional dos movimentos e fortalecimento da incidência política em defesa da Educação do Campo.
2017	Observatório do Transporte Escolar do Campo (OTEC) da Região Tocantina	O observatório se articula na Universidade Federal do Pará campus universitário o Tocantins Cametá. Reuni dados, promove formações e reivindicar melhores condições estruturais.
2018	Realização do I Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, no Campus Universitário de Castanhal/ UFPA	Mobilização de comunidades, pesquisadores e movimentos sociais para denunciar os impactos da nucleação escolar.
2019	Realização do II Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo.	Fortalecimento das estratégias coletivas de resistência e ampliação do debate sobre o direito à educação nos territórios rurais.
2024	VII Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará	Consolidação do seminário como espaço permanente de denúncia, formação política e articulação em defesa das escolas do campo, indígenas e quilombolas.
2003–2024	Atuação contínua do FPEC junto a movimentos sociais, instituições públicas e comunidades	Defesa da permanência das escolas nos territórios rurais, acompanhamento das políticas públicas e enfrentamento dos processos de nucleação escolar.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FPEC (2004), GEPERUAZ (2015), Hage, Cruz e Silva (2018), Hage e Silva (2023) e documentos do Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará (2024).

Os dados sistematizados, no quadro 2, evidenciam que a atuação do Movimento Paraense por uma Educação do Campo se caracteriza por um processo contínuo de organização coletiva, mobilização social e incidência política. Observa-se que, desde sua criação, o Fórum Paraense de

Educação do Campo tem desempenhado papel estratégico na articulação de diferentes sujeitos e instituições em torno da defesa do direito à educação das populações rurais.

Além disso, os eventos promovidos pelo movimento, especialmente os seminários de combate ao fechamento de escolas, demonstram a capacidade de construir espaços permanentes de reflexão, denúncia e proposição de alternativas às políticas de nucleação escolar. Tais iniciativas reforçam a compreensão de que a luta pela Educação do Campo não se limita à garantia do acesso à escola, mas envolve também a defesa dos territórios, das identidades coletivas e das condições de permanência das populações do campo, das águas e das florestas em seus locais de vida e trabalho.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel desempenhado pelo Movimento Paraense por uma Educação do Campo, articulado pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), frente à política de nucleação das escolas multisseriadas vinculada à política pública de transporte escolar. A investigação partiu da compreensão de que a Educação do Campo é resultado de um longo processo de organização e luta coletiva dos povos do campo, das águas e das florestas pela garantia do direito à educação em seus próprios territórios, respeitando suas identidades, culturas, saberes e formas de existência.

Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que a política de nucleação das escolas do campo não se configura apenas como uma medida administrativa voltada à reorganização das redes de ensino. Trata-se de uma política que produz impactos significativos na vida das comunidades rurais, uma vez que o fechamento das escolas afeta diretamente a permanência dos estudantes nos territórios, fragiliza os vínculos comunitários e compromete a construção de processos educativos conectados às realidades locais. Nesse sentido, a escola do campo não representa apenas um espaço de ensino-aprendizagem, mas também um importante instrumento de fortalecimento da identidade coletiva, da organização social e da permanência das populações em seus territórios.

A análise dos marcos legais que regulamentam a Educação do Campo demonstrou que importantes conquistas foram alcançadas nas últimas décadas, especialmente por meio da Resolução CNE/CEB nº 02/2008 e da Lei nº 12.960/2014, que estabeleceram mecanismos de proteção às escolas do campo, indígenas e quilombolas. Da mesma forma, os programas de transporte escolar foram instituídos com o propósito de assegurar o acesso dos estudantes à educação básica. Contudo, a investigação evidenciou que a existência desses instrumentos legais não garante, por si só, sua efetiva implementação, persistindo contradições entre o que é previsto nas normativas e a realidade vivenciada pelas comunidades rurais amazônicas.

Os resultados também permitiram identificar que a vinculação entre a política de nucleação e a política de transporte escolar constitui um dos principais pontos de tensão enfrentados pelos movimentos sociais. Em muitos casos, o transporte escolar, que deveria atuar

como mecanismo de garantia do direito à educação, passa a ser utilizado como justificativa para o fechamento de escolas localizadas nas comunidades. Tal processo impõe aos estudantes longos deslocamentos diários, frequentemente realizados em condições precárias, comprometendo o acesso, a permanência e a qualidade da educação ofertada.

Diante desse cenário, a pesquisa evidenciou o protagonismo do Movimento Paraense por uma Educação do Campo na construção de ações de enfrentamento às políticas de fechamento de escolas. Por meio do Fórum Paraense de Educação do Campo, o movimento tem articulado diferentes sujeitos sociais, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil, sindicatos, comunidades e movimentos populares em torno da defesa do direito à educação nos territórios rurais. Essa articulação tem possibilitado a construção de espaços permanentes de debate, formação, denúncia e mobilização social, fortalecendo a resistência coletiva frente aos processos de precarização da educação pública.

Entre as iniciativas desenvolvidas pelo movimento, destacam-se os Seminários de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará, que ao longo dos anos se consolidaram como importantes espaços de articulação política e produção de estratégias de enfrentamento. Esses eventos têm contribuído para dar visibilidade às violações de direitos vivenciadas pelas comunidades, fortalecer a defesa das legislações existentes e pressionar os órgãos públicos pela efetivação das políticas educacionais voltadas às populações do campo.

Assim, a questão norteadora desta pesquisa pode ser respondida afirmativamente. Os resultados demonstram que o Movimento Paraense por uma Educação do Campo tem conseguido construir ações, estratégias e propostas de enfrentamento à política de nucleação das escolas multisseriadas e à precarização do transporte escolar. Embora tais ações não eliminem, por si só, as contradições presentes nas políticas educacionais implementadas nos territórios rurais, elas representam importantes mecanismos de resistência, incidência política e defesa dos direitos das populações camponesas, indígenas e quilombolas.

Entretanto, a pesquisa também revela que os desafios permanecem expressivos. O avanço de modelos de desenvolvimento que priorizam interesses econômicos em detrimento das necessidades sociais das comunidades, aliado às desigualdades históricas que marcam a Amazônia brasileira, continua produzindo obstáculos à consolidação de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada. Nesse contexto, a manutenção das escolas nos territórios e a garantia de políticas públicas adequadas às especificidades do campo permanecem como pautas centrais das lutas sociais contemporâneas.

Por fim, conclui-se que o Fórum Paraense de Educação do Campo desempenha papel estratégico na construção de alternativas coletivas para o fortalecimento da Educação do Campo no estado do Pará. Sua atuação demonstra que a defesa da escola do campo está diretamente vinculada à defesa dos territórios, da cultura, da identidade e da dignidade dos povos amazônicos. Dessa forma, fortalecer os movimentos sociais e ampliar os espaços de participação popular constitui condição fundamental para a construção de políticas públicas comprometidas com

a justiça social, a democratização da educação e a garantia do direito de permanecer e viver dignamente nos territórios do campo, das águas e das florestas.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.768, de 10 de fevereiro de 2009**. Dispõe sobre o Programa Caminho da Escola. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6768.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2008.

CANALI, Heloisa. H. B. **Educação do campo**: construindo novas referências. In: SILVA, G. P.; RODRIGUES, D. S.; ARAÚJO, M. N. C. **Educação do campo na Amazônia**: uma experiência. Editora Universitária UFPA. Belém, 2007.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 147-158.

CARMO, Eraldo Souza do; CUNHA, Francinete Ferreira; PRAZERES, Maria Sueli Corrêa. Transporte escolar na Amazônia: uma análise dos condicionantes de acesso de estudantes ribeirinhos à escola do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 5, e6897, 2020.

COLARES, Anselmo Alencar. História da educação na Amazônia: questões de natureza teórico-metodológicas, críticas e proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 43, p. 79-94, 2012.

COLARES, Anselmo Alencar. A inserção da Amazônia no modo de produção hegemônico e no projeto educacional da modernidade. **Revista Exitus**, Santarém, v. 12, n. 1, e022043, 2022.

CONSOLE, Lucina Gonçalves. Criado há 10 anos, FONEC segue como instrumento de luta e defesa da educação. MST, São Paulo, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/18/criado-ha-10-anos-fonec-segue-como-instrumento-de-luta-e-defesa-da-educacao/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3. ed. Belém: CEJUP, 1990.

FÓRUM PARAENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (FPECDA). **Carta de Belém**. Belém, 2004. Disponível em: http://www.educampoparaense.org/quem_somos/fpec/apresentacao.php. Acesso em: nov. 2024.

FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Frentes**. 2026. Disponível em: <https://fonec.org/frentes/>. Acesso em: 10 jun. 26

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GAIA, Vergiliana Corrêa. CARMO, Eraldo Souza do. EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO E FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA. In: SANTANA, Jullyane Frazão *et al.* (org.). **Dossiê fechar escolas do campo é crime – A escola é vida na comunidade: apontamentos estratégicos para a luta em defesa do direito à educação dos povos do campo, águas e florestas no Brasil**. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2026. p. 192-207.

GEPERUAZ. **Relatório técnico da pesquisa Movimento Paraense por uma Educação do Campo e seus impactos na Escola Pública**. Belém: UFPA/CNPq, 2015.

HAGE, Salomão Mufarrej; CRUZ, Renilton; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo. **Movimento de Educação do Campo no Brasil e no Estado do Pará**: uma história de protagonismo que se afirma no enfrentamento à precarização e regulação. Belém: UFPA, 2018.

HAGE, Salomão Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo. Movimentos sociais do campo e resistência pela garantia do direito à educação na Amazônia Paraense. In: LIMA, Iranete; SILVA, Janssen Felipe da; SARTORE, Anna Rita (org.). **Educação do Campo e suas interfaces**: problematizando realidades e tecendo saberes. Recife: Editora UFPE, 2023.

HAGE, Salomão Mufarrej; NASCIMENTO, Eula; CRUZ, Renilton; FONSECA,

Joel. OS SEMINÁRIOS DE COMBATE AO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS COMO INSTRUMENTOS DE DENÚNCIA E MOBILIZAÇÃO POPULAR NA AMAZÔNIA PARAENSE. In: SANTANA, Jullyane Frazão *et al.* (org.). **Dossiê fechar escolas do campo é crime** – A escola é vida na comunidade: apontamentos estratégicos para a luta em defesa do direito à educação dos povos do campo, águas e florestas no Brasil. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2026. p. 291-308.

LOMBARDI, José Claudinei; COLARES, Anselmo Alencar. Escola pública, projeto civilizatório burguês versus práxis emancipadoras. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 11-26, 2020.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. Colonialismo interno e estado de exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. As Amazônias no centro do mundo: do colapso climático à memória ancestral. In: BRUM, Eliane (org.). **Banzeiro Òkòtó**: uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Progresso, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roble Carlos Tenório. **Movendo os rios e a terra firme**: a práxis pedagógica nos processos formativos da licenciatura em Educação do Campo na Amazônia Tocantina. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTANA, Jullyane Frazão *et al.* (org.). **Dossiê fechar escolas do campo é crime** – A escola é vida na comunidade: apontamentos estratégicos para a luta em defesa

do direito à educação dos povos do campo, águas e florestas no Brasil. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2026. 480 p. E-book. ISBN 978-65-5999-249-2. DOI 10.29327/5847212. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5847212>. Acesso em: 10 jun. 26.

SANTOS, Cássia Betania Rodrigues dos; MOLINA, Mônica Castagna. O FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO NO BRASIL (2010- 2022): UM CRIME QUE PERSISTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO. *In*: SANTANA, Jullyane Frazão *et al.* (org.). **Dossiê fechar escolas do campo é crime** – A escola é vida na comunidade: apontamentos estratégicos para a luta em defesa do direito à educação dos povos do campo, águas e florestas no Brasil. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2026. p. 39-51.

SANTOS, Jânio Ribeiro dos. PANORAMA DA PARALISAÇÃO, DO FECHAMENTO E DA DIMINUIÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO CAMPO BRASILEIRO E PIAUIENSE (1996-2022). *In*: SANTANA, Jullyane Frazão *et al.* (org.). **Dossiê fechar escolas do campo é crime** – A escola é vida na comunidade: apontamentos estratégicos para a luta em defesa do direito à educação dos povos do campo, águas e florestas no Brasil. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2026. p. 101-132.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 43. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2018.

SILVA, Maria do Socorro. Apresentação. *In*: SANTANA, Jullyane Frazão *et al.* (org.). **Dossiê fechar escolas do campo é crime** – A escola é vida na comunidade: apontamentos estratégicos para a luta em defesa do direito à educação dos povos do campo, águas e florestas no Brasil. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2026. p. 101-132.

SILVA, Edjane Rodrigues Silva; SOUTO, Antônio Lacerda; JÚNIOR, José Ramix de Melo Pontes; FERRAZ, Alexandre Sampaio. CAMPANHA “RAÍZES SE FORMAM NO CAMPO”: EDUCAÇÃO PÚBLICA E DO CAMPO É UM DIREITO NOSSO! *In*: SANTANA, Jullyane Frazão *et al.* (org.). **Dossiê fechar escolas do campo é crime** – A escola é vida na comunidade: apontamentos estratégicos para a luta em defesa do direito à educação dos povos do campo, águas e florestas no Brasil. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2026. p. 270-284.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; QUEIROZ, Sicleide Gonçalves. Estado de exceção e Educação do Campo: a resistência ativa através da tríade conteúdo-forma-destinatário no planejamento do currículo escolar para a juventude do campo. *In*: LIMA, Iranete; SILVA, Janssen Felipe da; SARTORE, Anna Rita (org.). **Educação do Campo e suas interfaces**: problematizando realidades e tecendo saberes. Recife: Editora UFPE, 2023.

TORRES, Lis Maria Macedo; CRUZ, Carlos Renilton Freitas. **EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE: LIMITES E PERSPECTIVAS PARA A**

GARANTIA DE UM DIREITO. *In: Anais do X CONEDU...* Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: Realize Editora. Acesso em: 09 de junho 2026.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.